

**O QUE QUEREMOS DA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS? REFLEXÕES  
PARA UMA ARQUEOLOGIA DE VIÉS INTEGRATIVO E MULTIVOCAL?**  
WHAT DO WE WANT FROM THE ARCHAEOLOGY OF AQUATIC ENVIRONMENTS?  
REFLECTIONS FOR AN ARCHAEOLOGY OF INTEGRATIVE AND MULTIVOCAL BIAS

Luis Felipe Freire Dantas Santos

Vol. XIV | n°27 | 2017 | ISSN 2316 8412



# O que queremos da Arqueologia de ambientes aquáticos? Reflexões para uma Arqueologia de viés integrativo e multivocal?

Luis Felipe Freire Dantas Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo propor uma Arqueologia de ambientes aquáticos preocupada em inserir múltiplas vozes no processo da construção do conhecimento, para que seja possível aproximarmos a sociedade da pesquisa arqueológica e de seu patrimônio. Por meio da apresentação e da discussão de um arcabouço teórico de viés integrativo e multivocal, busca-se delinear um posicionamento em que a Arqueologia seja capaz de compreender as diversas relações existentes entre as comunidades locais e o seu patrimônio arqueológico. Assim, a pesquisa arqueológica subaquática surge como uma forma de mediarmos uma relação de aproximação da sociedade para com o seu patrimônio cultural subaquático.

**Palavras chave:** Arqueologia de Ambientes Aquáticos; Patrimônio Cultural Subaquático; Multivocalidade.

**Abstract:** The present article aims to an Archaeology of aquatic environments that is concerned with multiple voices in the process of construction of knowledge, in order to bring society closer to the archaeological research and to its own heritage. Through the presentation and discussion of a theoretical framework with a multivocal bias, we intend to create a space in which Archaeology is capable to comprehending the many relationships that existent between local communities and its archaeological heritage. Thus, underwater archaeology rises as a mediator between society's approximation to its underwater cultural heritage.

**Keywords:** Archaeology of Aquatic Environment; Underwater Cultural Heritage, Multivocality.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da discussão que foi iniciada em minha dissertação de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Gilson Rambelli, intitulada de *“Nas Águas do Velho Chico: Por uma Arqueologia de Ambientes Aquáticos no Baixo Rio São Francisco – Sergipe/Alagoas”* (2013), fruto do meu interesse pelo estudo e preservação do patrimônio cultural subaquático na região do baixo rio São Francisco. Tal interesse é resultante do contato que me foi possível graças ao meu envolvimento com o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA-UFS), enquanto bolsista de graduação e, posteriormente, de pós-graduação.

Tanto na dissertação, quanto neste artigo, meu objetivo é o de construir, através de uma reflexão teórica, uma Arqueologia de ambientes aquáticos de viés integrativo e público, onde as diversas comunidades podem adicionar suas vozes no processo de construção do conhecimento arqueológico e no estabelecimento de medidas preservacionistas para a região.

Notamos, desde a década de 1990, uma mudança no desenvolver da disciplina arqueológica no Brasil, e cada vez mais é notada a importância de fazermos a disciplina para e com a sociedade. Nesse campo

---

<sup>1</sup> Mestre em Arqueologia e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil. Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe (LAAA/UFS), Brasil. Pesquisa Financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe, Brasil.

“úmido” da Arqueologia, a relevância de divulgarmos o nosso conhecimento e de integrar o público à pesquisa arqueológica já vem sendo salientada por algumas pesquisas (RAMBELLI, 2003; SILVA, 2011). As reflexões aqui propostas representam as tentativas iniciais de idealização de uma Arqueologia de ambientes aquáticos que assuma um viés integrativo e multivocal, adequada para um contexto arqueológico específico: o baixo rio São Francisco.

Devo ressaltar que a intenção do artigo não é o de apresentar um modelo teórico-metodológico fechado e concluído a ser aplicado na região, ou trazer resultados de intervenções já realizadas. O que esperamos aqui é o aprofundamento de uma discussão teórica de como poderemos conduzir a Arqueologia, na região, apresentando uma discussão que molde essa disciplina em um ato social engajado e responsável em dar espaço às pessoas no processo de construção de seu passado. Assim, temas como Arqueologia pública, multivocalidade e responsabilidade serão colocados em pauta na definição do que pretendemos para o contexto cultural subaquático do rio São Francisco.

#### **POR QUE PENSAR EM UMA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS QUE SEJA PÚBLICA?**

A importância de iniciarmos essa discussão vem da fragilidade ainda existente no que concerne à preservação dos vestígios arqueológicos, localizados parcialmente ou totalmente submersos, e da postura equivocada que, muitas vezes, é empregada no sentido de se estudar e resgatar esses vestígios.

Assim, antes de ter a pretensão de idealizar uma postura arqueológica a ser conduzida, no contexto brasileiro, a partir de uma discussão teórica fixada no arcabouço da arqueologia pública, entendo como relevante essa primeira discussão, no sentido de nos auxiliar, posteriormente, num melhor entendimento da necessidade de formulação de novas posturas teóricas e de estratégias de trabalho para a Arqueologia na região.

Antes de tudo, devemos refletir sobre o que foi dito pelo consagrado arqueólogo Sir Mortimer Wheeler, “Arqueologia, sem conservação, é vandalismo”. Uma pesquisa arqueológica, desenvolvida sem pensar na conservação, torna-se vândala, pois como o processo de escavação arqueológica leva à própria destruição do registro arqueológico, essa destruição só pode ser justificada, caso esteja claro, para o pesquisador, que dela irá ser produzida informação a ser socializada. Caso contrário, o registro arqueológico estará permanentemente perdido.

Deste modo, a conservação das evidências e de vestígios arqueológicos é de extrema importância, pois não só os pesquisadores contemporâneos à escavação que estarão se beneficiando, mas também a própria ciência arqueológica no futuro. No caso do patrimônio arqueológico subaquático, essa situação é muito mais delicada, pois determinados materiais apresentam uma boa conservação em ambiente úmido, mas, quando retirados dessa estabilidade ambiental, seu processo de degradação acontece muito

rapidamente, caso técnicas de conservação não sejam empregadas (RAMBELLI, 2003; NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY, 2009).

Atualmente, por vivermos em um momento em que a humanidade continuamente debate sobre tópicos como a sobrevivência de sua espécie e a preservação de recursos naturais, que são essências na manutenção da vida no nosso planeta, pode suggestionar banal nos preocuparmos com a preservação desse singular recurso, o patrimônio arqueológico subaquático. No entanto, não devemos nos esquecer da importância que ele tem para a compreensão de quem somos e das nossas transformações, enquanto ser social, e do nosso futuro (ARDUENGO GARCÍA, 2009).

A *Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico* de 1990, elaborada pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM), adotada na Assembleia Geral do ICOMOS em Lausanne, na Suíça, em seu Artigo 1º, define o patrimônio arqueológico como:

[...] a porção do patrimônio material para qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a elas associados. (Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Suíça, 1990)

Fica claro com essa definição que, independentemente de onde estejam localizados ou o período em que foram produzidos, todos os vestígios da existência humana são importantes e devem ser tratados com o mesmo grau de seriedade por parte dos pesquisadores. O contexto de pesquisa no qual trabalho atualmente, o patrimônio cultural subaquático do baixo rio São Francisco, tem uma importante variedade de sítios arqueológicos, pré-coloniais e históricos, mas poderíamos enquadrar muitos dos sítios históricos como contemporâneos aos grupos locais, pois foram formados há menos de 100 anos. Por mais que pela temporalidade esses sítios não sejam beneficiados ainda pela *Convenção da Unesco sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* de 2001, não podemos nos limitar a querer estudá-los ou lutar por sua preservação, pois, para os grupos locais, eles apresentam uma maior importância, já que estão ainda muito vívidos em suas memórias.

A característica mais marcante do patrimônio arqueológico é a sua fragilidade. Ele é totalmente vulnerável às ações naturais e humanas e se trata de um recurso não renovável, por isso qualquer que seja a causa de sua destruição, ele estará perdido para sempre.

Por mais simples que seja o contato que poderíamos ter com esse patrimônio, colocamo-nos numa condição de conhecer toda a dimensão da sociedade responsável por produzir tais vestígios. Por meio de um conjunto de métodos e técnicas, somos capazes de buscar as complexas estruturas intrínsecas nesses objetos, durante as etapas que compõem o trabalho arqueológico. Nesse sentido, o arqueólogo Luis Felipe Bate salienta que:

*[...] lo que ocurre es que el registro arqueológico (actualmente observable), objeto de estudio empírico y las sociedades, objeto sustantivo de investigación (racionalmente inferibles), son entidades diferentes. Presentan características y atributos propios y están regidas por distintas regularidades particulares de estructuración y cambios. Desde luego, el registro arqueológico no tiene nada de estático, pero posee una dinámica diferente a la del pasado histórico del que se ocupa la arqueología como objetivo central. (BATE, 1998, p. 42)*

Entretanto, para podermos ter a possibilidade de vislumbrar essas dimensões presentes no patrimônio arqueológico, é necessário, primeiramente, criar estratégias para inventariar ocorrências e sítios submersos em determinada região. Essa necessidade já é apontada na referida carta de Lausanne de 1990, em seu Art. 4º:

A proteção do patrimônio arqueológico deve basear-se no conhecimento tão completo quanto possível da sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais do potencial arqueológico são, portanto, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção do patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Da mesma forma, os inventários constituem uma base de dados suscetível de fornecer informações de base para o estudo e investigação científica. O estabelecimento dos inventários deve ser considerado um processo dinâmico permanente. Em consequência, os inventários devem integrar informação a diversos níveis de precisão e de fiabilidade, porquanto esses conhecimentos, mesmo superficiais, podem constituir um ponto de partida para medidas de proteção. (Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Suíça, 1990)

Desta maneira, é essencial a adoção de um processo de inventário do patrimônio arqueológico em cada região do país, mas com o potencial científico e técnico que cumpra essa tarefa. Portanto, é de fundamental importância a participação das comunidades vinculadas aos sítios arqueológicos, pois o art. 2º da carta afirma que:

A participação ativa da população deve ser integrada nas políticas de conservação do patrimônio arqueológico. Esta participação é essencial sempre que o patrimônio de uma população autóctone esteja em causa. A participação deve basear-se no acesso aos conhecimentos, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante da “conservação integrada”. (Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Suíça, 1990)

Logo, é se apoiando nas diretrizes estabelecidas por esse documento que persistimos, ao desenvolver, para o rio São Francisco e para a região, uma carta arqueológica específica ao patrimônio cultural subaquático, com o apoio do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos - LAAA-UFS.

Deve ficar claro que, para trabalhar com o patrimônio arqueológico, é necessária a devida qualificação para assumir tal responsabilidade. Deste modo, o Art. 8º da citada carta, intitulado “qualificações profissionais”, diz que:

Para assegurar a gestão do patrimônio arqueológico, é essencial dominar diversas disciplinas com um elevado nível científico. A formação de um número suficiente de profissionais nas respectivas áreas especializadas deve, por consequência, constituir um

objetivo importante na política educacional de cada país. A necessidade de formar especialistas em matérias altamente especializadas exige, por seu lado, a cooperação internacional. Deverão ser elaboradas e mantidas normas de formação e de ética profissional. (Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Suíça, 1990)

No contexto brasileiro, ainda esbarramos em um grande problema legislativo, pois a adoção da Lei 10.166/2000 colocou o país em uma posição contrária aos documentos internacionais de proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático. O seu Art. 1º, que alterando a redação do § 5º do art. 16 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, permitiu que pessoas sem as devidas qualificações pudessem atuar na pesquisa e exploração dos sítios de naufrágios. Constatamos, a seguir, o que afirma o referido parágrafo:

§ 5º Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas e bens referidos nesta Lei, que tenham passado ao domínio da União, a pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência em atividades de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante a Autoridade Naval. (Lei 10.166/2000)

Mas o que torna essa lei muito mais afrontosa às perspectivas preservacionistas do patrimônio é o que está estabelecido no Art. 2º da Lei 10.166, de 2000 que, alterando a redação do art. 20 da Lei nº 7.542, de 1986, possui o seguinte texto:

Art. 20. As coisas e os bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, doação, alienação direta ou por meio de licitação pública, o que deverá constar do contrato ou do ato de autorização elaborado previamente à remoção.

§ 2º O contrato ou o ato de autorização poderá estipular o pagamento de recompensa ao concessionário pela remoção dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a qual poderá se constituir na adjudicação de até quarenta por cento do valor total atribuído às coisas e bens como tais classificados.

§ 3º As coisas e bens resgatados serão avaliados por uma comissão de peritos, convocada pela Autoridade Naval e ouvido o Ministério da Cultura, que decidirá se eles são de valor artístico, de interesse cultural ou arqueológico e atribuirá os seus valores, devendo levar em consideração os preços praticados no mercado internacional. (Lei 10.166/2000)

Conseqüentemente, será por meio da aplicação de medidas de cunho preservacionista, a partir da adoção de documentos internacionais como a *Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico* de 1990 e a *Convenção da Unesco sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* de 2001, que poderemos gerar ações que visem à integração no processo de gestão do patrimônio, possibilitando, deste modo, a criação de uma base sólida para que seja possível uma configuração na panorama político atual, gerando alterações como a mudança da Lei 10.166/2000.

Temos sempre que deixar claro que o patrimônio arqueológico não é propriedade dos arqueólogos, nem de indivíduos por mais perspicazes e bem equipados que sejam, nem de departamentos e museus, ou de outras instituições que têm o melhor suporte financeiro ou tecnológico. Como qualquer outro setor do patrimônio de uma nação, o arqueológico pertence a todos e está submetido ao controle estatal, pois é

somente o Estado, na representação de todos os seus habitantes, que deve, através de instrumentalização legal e institucional adequada, regular o estudo do mesmo; garantir sobre todas as coisas, sua proteção, a socialização da informação produzida pelas investigações e a consideração das comunidades vinculadas, de alguma maneira, aos sítios arqueológicos (ARDUENGO GARCÍA, 2009).

Portanto, é somente com a realização de uma iniciativa preocupada com essas condições de integração com grupos locais que poderemos criar um terreno propício para a configuração dos instrumentos políticos que auxiliem na gestão desse patrimônio. Assim, a realização de pesquisas arqueológicas subaquáticas com essa postura social/política consciente não só enquadra a Arqueologia regional dentro das perspectivas internacionais como também representará o primeiro passo para concretização de uma experiência desse porte no país, tendo em vista que a pesquisa arqueológica subaquática e o patrimônio cultural subaquático permitam a incorporação de múltiplos personagens e múltiplas interpretações.

### **AS DIFERENTES FACES DE UMA ARQUEOLOGIA**

Atualmente, um dos maiores desafios da Arqueologia contemporânea é o de dialogar as práticas científicas com os vários contextos sociais onde elas se realizam. Cada vez mais arqueólogos consideram que o papel da ciência arqueológica não é apenas o de estudar, reconstruir ou interpretar o passado, mas o de perguntar-se para que e a quem serve esse conhecimento produzido (NOREÑA CORDONA E PALACIO SALDARRIAGA, 2007).

Foi somente na década de 1980, com a cobrança dos movimentos sociais e com novas abordagens teóricas, intituladas de pós-processualistas, que a Arqueologia chega realmente ao fim de sua “inocência política”. Hoje, quase todos admitem que os “dados objetivos” não são alcançáveis quando iniciadas as interpretações arqueológicas. A posição política e a subjetividade do pesquisador têm um papel predominante na criação de suas narrativas sobre o passado (SHANKS E TILLEY, 1987; GONZÁLES-RUIBAL, 2010). Mas não podemos nos esquecer de que esforços no sentido de produzir um discurso arqueológico politizado foram desenvolvidos anteriormente ao contexto anglo-saxão, por pesquisadores latino-americanos, que se empenharam em produzir uma crítica política a partir de posições positivas, baseadas no materialismo histórico (LUMBRERAS, 1974).

Nota-se, claramente, que sempre existiu uma relação profunda da Arqueologia com a política. Tal relação teve início com o próprio surgimento da Arqueologia moderna, no século XIX. Em outros momentos da história, e ainda hoje, existem numerosos casos em que a manipulação política da informação arqueológica é posta a serviço de empreendimentos de estados nacionais ou de grupos étnicos. Deste modo, a associação estabelecida entre determinada cultura material e seus produtores pode ser utilizada para legitimar a existência de uma História Nacional, ou seja, o surgimento de tradições Nacionalistas e a supremacia de um grupo sobre outro (TRIGGER, 2004; CURTONI, 2004).

Por mais que alguns acadêmicos ocidentais considerem o colonialismo como residual à modernidade, escritores latino-americanos têm proposto que a modernidade e o colonialismo têm se coproduzido mutuamente. Os discursos colonialistas estão atravancados por um projeto moralizante que supõe que a civilização moderna é superior e que essa superioridade supõe um imperativo moral: civilizar, modernizar, desenvolver os povos primitivos, selvagens, bárbaros, subdesenvolvidos, terceiro-mundistas e, se esta moral encontra algum tipo de resistência, o uso da violência se torna legítimo. Assim, uma das características mais ardilosas de coprodução entre modernidade e colonialismo tem sido a violência epistêmica que permite que determinada visão de mundo se imponha sobre as demais (GNECCO, 2009).

As disciplinas históricas foram extremante participativas no processo de colonialismo, a exemplo da Arqueologia que, no contexto latino-americano, contribuiu na alienação das histórias nativas, ao passo que cortaram os laços existentes entre as sociedades indígenas atuais e os vestígios arqueológicos de sociedades indígenas do passado (GNECCO, 2009).

Essa Arqueologia colonialista foi extremamente funcional ao objetivo nacionalista, que variou de país para país, de acordo com suas idiossincrasias históricas, todavia, uma característica comum foi a criação de uma comunidade nacional (de acordo com a lógica moderna), definida por critérios morais de igualdade e identidade (GNECCO, 2009, 2010).

Devido a esse histórico da disciplina arqueológica, muitos líderes de movimentos sociais ainda enxergam a academia enquanto um empreendimento colonialista de dominação sem cura, um pecado que carregaremos para sempre. Contudo, uma parcela da categoria profissional busca, através de pequenas ou grandes iniciativas, alterar o curso do velho projeto ocidental de dominação, sendo socialmente responsável nos tempos que correm (GNECCO, 2009, 2010).

Mas, para que isso seja possível, é crucial a promoção de novas posturas investigativas, nas quais a Arqueologia esteja mais aberta a entender os interesses das comunidades ribeirinhas próximas aos sítios. Nesse sentido seria a multivocalidade uma alternativa?

Devemos tomar cuidado com o uso da multivocalidade, para que esse ato apenas não represente a inserção de meros coadjuvantes no processo de construção do passado e, conseqüentemente, uma continuidade do colonialismo acadêmico, com o qual reduzimos as lutas sociais ao campo do discurso, ao passo que nivelamos todas as vozes, criando uma falsa democracia epistêmica. É nesse sentido que devemos pensar na adaptação da multivocalidade de uma maneira que não somente absorva essas vozes até então subordinadas, mas realmente permitam essas comunidades decidirem o uso social e político do seu patrimônio.

A partir da década de 1980, teorias pós-coloniais e a ética se tornam cada vez mais presentes nas “agendas” dos arqueólogos, levando essas discussões a um patamar relevante no cenário contemporâneo. Em paralelo a esse desenvolvimento, veio se expandindo a ideia da existência de múltiplas vozes e distintos interesses no passado e no presente. Diante desse cenário, o arqueólogo não é o detentor da verdade



absoluta sobre as coisas, pelo contrário, sua visão é só mais uma entre tantas, assim, seu papel, antes de tudo, é de mediador e promotor de uma pluralidade (HODDER, 1998; GNECCO, 2009, 2010; GONZÁLES-RUIBAL, 2010).

A importância da integração das distintas vozes, até então excluídas do processo de produção do conhecimento científico, por meio da multivocalidade, representa o triunfo do paradigma multicultural nas ciências sociais e no regime neoliberal. Deste modo, hoje é comum que muitos projetos arqueológicos se proponham a escutar opiniões não acadêmicas, fazendo participar as comunidades locais, os aficionados pela Arqueologia e grupos minoritários, ambos excluídos pelas narrativas moderno-colonialistas (GONZÁLES-RUIBAL, 2010). A partir do momento em que nivelamos todas as opiniões a um mesmo grau de relevância, consideramos que as vozes de pessoas que exploraram comercialmente o patrimônio ou depredaram sítios arqueológicos sejam importantes no sentido de entendermos as diversas relações existentes com o patrimônio arqueológico. Logo, torna-se extremamente importante essa autocrítica em relação à multivocalidade e ao multiculturalismo. Seria essa a nossa melhor ferramenta de trabalho junto às comunidades?

Durante muito tempo, a relação entre a Arqueologia e o público tem sido caracterizada como um processo de imposição sem obstinação, pois os arqueólogos produziam um passado para ser consumido sem maiores controvérsias. Felizmente, essa situação vem mudando nas últimas décadas, basicamente por meio de debates, nos quais distintos grupos minoritários, até então subordinados, começaram a reclamar o uso do passado motivado por interesses próprios e a participar de projetos de gestão e interpretação do patrimônio arqueológico (GONZÁLES-RUIBAL, 2010).

O caso da prisão de *Robben Island*, na África do Sul, local onde foi encarcerado Nelson Mandela e muitos outros líderes do movimento anti-Apartheid, hoje transformado em museu, é muito interessante para ilustrarmos o uso das distintas vozes na pesquisa científica. *Robben Island Museum* vem tratando de facilitar a polivocalidade – colher diversas opiniões em contextos conflituosos – como também, a participação dos visitantes nos processos de criação de significados. Deste modo, a polivocalidade consiste na permissividade nos planos museológicos da participação de antigos prisioneiros e guardas, por exemplo, convidando um ex-carcereiro para contar as suas experiências durante o Apartheid (GONZÁLES-RUIBAL 2010).

Os postulados multivocais, propostos pelo arqueólogo britânico Ian Hodder (1998) para a pesquisa arqueológica de Catalhöyük, deixam claro que arqueólogos e cidadãos devem tomar partido, fazendo-o de forma inclusiva e não-confrontacional. Deste forma, para o pesquisador, o “tomar partido” pode configurar-se em uma tarefa bastante complexa e manter determinada posição diante de um cenário tão conflituoso de distintas interpretações. Assim, devemos não contrariar as outras opiniões, por mais discrepantes que sejam, objetivando manter uma conformidade entre os diferentes atores sociais sem perdemos os nossos objetivos científicos (HODDER, 1998; GONZÁLES-RUIBAL, 2010). Por mais que seja possível reconhecermos que nem toda narrativa é igualmente válida ou legítima, não devemos deixar de considerar todas as sensibilidades

locais estudando-as, como também encontrando soluções pragmáticas que permitam uma coexistência pacífica (HOLTORF, 2005 *apud* GONZÁLES-RUIBAL, 2010, p. 22). No entanto, para outros pesquisadores, o “tomar partido” é uma ferramenta legítima, podendo assim transparecer para a sociedade as nossas vontades, tendo a liberdade de excluir do processo de construção do conhecimento arqueológico os representantes de ideias retrógradas, a exemplo da caça ao tesouro e o seu pensamento colecionista de exploração comercial do patrimônio arqueológico subaquático.

As posturas das Arqueologias abertas e integrativas, resultados da emergência de perspectivas pós-processualistas como oposição ao positivismo e objetivismo das tendências processualistas, trouxeram a possibilidade de uma multiplicidade de narrativas sobre o passado, levando a que grupos “alternativos”, a exemplo de indígenas, comessem a integrar projetos de gestão e interpretação de sítios, e a produção de conhecimento arqueológico (CURTONI, 2004).

Diante desse cenário, é necessário nos darmos conta de que a relação entre a Arqueologia e o público é uma complexidade multidimensional afetada basicamente por diferentes fatores e variáveis. Assim, os contextos sociais e políticos de cada sociedade não podem ser rejeitados. Diante do mundo contemporâneo globalizado e homogeneizador, em um contexto pós-colonial de pós-modernidade, a Arqueologia pública constitui um ato de insubordinação social, mostrando que é possível o estabelecimento de outras formas de construir o passado.

Enquanto arqueólogos, estamos constantemente imersos em assuntos de interesse social e, considerando a intrínseca relação entre a Arqueologia e a política, cabe reconhecermos, explicitamente, a sua dimensão na prática arqueológica. A estrita relação entre o passado e o presente, mediatizada por indivíduos, grupos ou instituições, tornou-se inevitável no mundo contemporâneo, levando, cada vez mais, a nos interrogarmos sobre o papel que temos de assumir na prática cotidiana. Nesse sentido, a participação ativa dos pesquisadores, diante desses contextos políticos, configura-se, enquanto um compromisso social, como uma alternativa de mudança de um panorama epistemológico, e, sobretudo, prático (CURTONI, 2004; GONZÁLES-RUIBAL, 2010).

Portanto, pretendemos, para o contexto brasileiro, uma Arqueologia de ambientes aquáticos que assuma o desafio de produzir espaços multivocais de produção do conhecimento, compreendendo que o presente reclama novas versões e usos do passado construído cientificamente. É nesse sentido que a Arqueologia pública representa um caminho de possibilidades e da reelaboração de vínculos com as comunidades locais.

Como pontuou a arqueóloga argentina Mónica Montenegro, “entendo na Arqueologia pública uma via possível de reflexão da prática arqueológica, mas também de investigação e de participação social” (2012, p. 488). Desta maneira, podemos afirmar que a pesquisa arqueológica pública é um campo fértil de investigação que incorpora abordagens teórico-práticas em áreas onde arqueólogos e seus públicos interagem, a exemplo da gestão do patrimônio, da educação em museus, da Arqueologia e da educação.

Assim, busca-se, por meio de um campo disciplinar, promover a integração entre os diferentes públicos com as evidências materiais do passado de determinada região, a partir de ações pedagógicas estratégicas, de transferência de mediação cultural e de comunicação social (MONTENEGRO 2012), visando à participação direta e indireta desses indivíduos nos processos de construção social do patrimônio cultural subaquático. Assim, como salienta Montenegro:

*En este escenario, la arqueología adquiere nuevos horizontes de trabajo y entre sus objetivos apuesta a expandir más allá del medio científico los últimos descubrimientos arqueológicos, de manera tal que pueda servir para combatir la depredación de bienes culturales por negligencia o ignorancia (MONTENEGRO, 2012, p. 488).*

A Arqueologia pública não é apenas permissiva no sentido de possibilitar que os pesquisadores desenvolvam e ponham em prática métodos para difusão dos resultados das investigações para um amplo público, buscando benefícios para as populações locais, como também possibilitar o estudo de como o público se relaciona com a Arqueologia, com os arqueólogos e com os vestígios do passado. Assim, é possível que diversificadas linhas de pesquisa possam ser traçadas, a exemplo de temáticas como o uso dos bens arqueológicos, Arqueologia e identidade, representações da Arqueologia na cultura moderna, a Arqueologia nos meios de comunicação, entre outras (SAUCEDO-SEGAMI, 2011; ALMANSA SANCHEZ, 2011).

Nesse sentido, quando a Arqueologia propicia espaço para a incorporação de diferentes vozes, nos permite conhecer as diferentes relações que esses diversos públicos têm com o patrimônio arqueológico e questionar por que existem essas relações. Desta maneira, podemos realizar uma crítica às nossas ações como arqueólogos e aos conceitos que manipulamos, para refletirmos se realmente trabalhamos para um bem comum, ou não, e se nossas ações têm grande impacto na sociedade contemporânea (SAUCEDO-SEGAMI, 2011).

Antes de qualquer coisa, devemos lembrar que, quando utilizamos o termo Arqueologia pública, é no sentido de encararmos a disciplina como um ato de engajamento político em que não só temos a responsabilidade de produzir o conhecimento para todos os públicos, como também conjuntamente com esses públicos. No entanto, não podemos nos esquecer de que, independentemente de se fazer ou não Arqueologia pública/comunitária/interpretativa/política (ou como queira chamá-la), a função do arqueólogo extrapola a mera escavação e interpretação de objetos, pois seu trabalho é uma ação de cunho social que busca responder necessidades do presente. Deste modo, como já foi discutido anteriormente, o patrimônio é público e não renovável e o nosso trabalho implica, na maioria das vezes, a destruição do registro arqueológico. A partir do momento em que nos propomos a querer estudar algo, devemos nos manter conscientes da obrigação que temos para com a sociedade, pois, caso contrário, qual seria a importância de se fazer Arqueologia? Ou, o que nos diferenciaria dos caçadores de tesouro?

Apesar da resistência de uma grande parcela de profissionais da Arqueologia, o atual contexto epistêmico em que vivemos vem se modificando gradualmente, partindo de um autoritarismo cientificista

tradicional para um “populismo” (GONZÁLES-RUIBAL 2012). Segundo Slavoj Žižek, devemos ter certa cautela, pois o populismo é uma “faca de dois gumes”, tendo um lado positivo e o outro negativo. Conforme o pesquisador:

*La positiva es que pone en tela de juicio los límites estrictos institucionales sobre los que se supone que tiene que discurrir la democracia o la práctica política. Eso es lo que reclama el movimiento 15-M: que la democracia no se reduzca a las urnas y el parlamento. Sin embargo, el populismo crea inevitablemente la imagen de un archienemigo, material y tangible, que personifica (y simplifica) el mal absoluto (el judío, el kulak, los yanquis), que es la frustración del puro placer, de la jouissance comunitaria. El riesgo del populismo arqueológico es que el especialista (investigador o gestor), como representante del cauce institucional, puede convertirse en ese archienemigo, ese chivo expiatorio sobre el que cae la ira del pueblo y que permite ocultar problemas estructurales más serios o confundir al enemigo auténtico (ŽIŽEK, 2008, apud GONZÁLES-RUIBAL, 2012, p. 106).*

De fato, o que vem sendo observado nos últimos anos, com as inúmeras experiências pelo mundo de pesquisas imbuídas de características participativas, é que todos acabam ganhando. As relações entre comunidades e pesquisadores vêm sendo sempre bem profícuas e enriquecedoras para ambas as partes (NOREÑA CORDONA E PALACIO SALDARRIAGA, 2007; ALMANSA SANCHEZ, 2011; SAUCEDO-SEGAMI, 2011; MONTENEGRO, 2012; GONZÁLES-RUIBAL 2010, 2012).

No entanto, deve-se pontuar que existe um problema na Arqueologia pública baseada em critérios participativos **simétricos**, uma vez que todas as vozes são postas em um mesmo nível, o de considerar que a comunidade, por ser maioria e se encontrar sempre à margem do sistema acadêmico (conhecido geralmente como autoritário/colonialista), tem sempre a razão ou, ao menos, algo importante a dizer. O pesquisador deve conscientizar-se de que o público é muitas vezes ignorante, apoiando causas atrozés ou equivocando-se com as situações circundantes do seu mundo (GONZÁLES-RUIBAL, 2010, 2012).

Portanto, o ideal seria que toda Arqueologia fosse Arqueologia pública e que devêssemos estar sempre dispostos a escutar, se não todos, pelo menos, muitos. No entanto, isso não significa que todos esses discursos têm valor dentro da construção do conhecimento arqueológico. Assim, a multivocalidade apesar de aparentar ser uma grande ferramenta hoje para a pesquisa arqueológica, de fato, torna-se uma continuidade do colonialismo acadêmico (GNECCO, 2009, 2010; GONZÁLES-RUIBAL, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir do que foi exposto neste artigo, buscou-se pensar e repensar a Arqueologia de ambientes aquáticos de uma maneira ainda incomum no Brasil, por meio de uma postura socialmente engajada e integrativa, conjecturando uma Arqueologia que trouxesse ao processo de construção de passados a participação das pessoas que convivem e conviveram com o patrimônio cultural subaquático

regional, para, assim, não só corroborar o fortalecimento de um elo entre comunidades locais e a pesquisa arqueológica, mas, também, fortalecer a relação que essas comunidades possam ter com seu passado.

No entanto, para uma interrogação: o que realmente queremos pode ser considerado Arqueologia pública? Para responder a essa pergunta, devemos elaborar outro questionamento: quais os objetivos da Arqueologia? Ou melhor, quais as responsabilidades da Arqueologia?

Enfim, a Arqueologia ainda é uma disciplina em pleno desenvolvimento, que vem se redefinindo com o passar dos anos, deixando cada vez mais clara sua importância na sociedade. Assim, me sinto muito desconfortável em rotular a Arqueologia que venho buscando idealizar. Arqueologia pública/interpretativa/reflexiva/multivocal ou, simplesmente, Arqueologia?

Enquanto uma disciplina voltada a estudar todos os aspectos das sociedades humanas por meio de sua cultura material, independentemente de sua temporalidade, é uma responsabilidade da Arqueologia contribuir para a difusão do conhecimento produzido, pois, antes de qualquer coisa, trabalhamos com o patrimônio cultural que é um bem público. Por isso, a partir do momento que nos debruçamos a estudá-lo, é nossa obrigação atender aos diferentes públicos, detentores desse legado. Então, por que rotular a presente pesquisa como Arqueologia pública já que está imbuída na nossa condição de pesquisador aproximar a sociedade do seu patrimônio? Ou por que devemos continuar aceitando a negligência dessa obrigação por parte da comunidade acadêmica?

Logo, é necessário, antes de encerramos esse artigo, falarmos que é hora de romper com essas nomenclaturas restritivas da disciplina, devemos aceitar e assumir as nossas responsabilidades. Não é mais aceitável uma pesquisa arqueológica faltar com a aproximação das comunidades que circundam os sítios estudados. Não estou falando aqui de assumir uma metodologia integrativa/multivocal, mas de ao menos entendermos quais as demandas sócio-políticas locais, antes de buscarmos inserir nas comunidades nossas perspectivas patrimoniais. Deste modo, devemos refletir constantemente que, se a Arqueologia não tiver significado para a sociedade, para que convém o nosso fazer arqueológico?

Portanto, considero que uma pesquisa arqueológica de ambientes aquáticos imbuída do caráter definido por este trabalho seja uma realidade palpável no futuro do Brasil, pois, mesmo sendo uma tarefa árdua, temos que nos engajar para conseguir concretizar essas medidas, e, quem sabe, assim, tornar um exemplo a ser seguido, onde a prática não destoe da teoria.

### ***Agradecimentos***

Agradeço ao Prof. Dr. Gilson Rambelli, Prof. Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo, Prof. Dr. Leandro Domingues Duran e a Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Fernanda Libório R. Simões pelo apoio e o auxílio nas discussões que geraram este artigo, ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe e ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe pelo acolhimento oferecido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMANSA, J. Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la Arqueología Pública “a la española”. *Arqueoweb*, Vol. 13, Nº 1, p. 87-107. 2011.
- ARDUENGO GARCÍA, Darwin A. Las categorías de modo de vida y modo de trabajo en la investigación. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: UNICAMP, N. 7, p. 35-44, 2007a.
- ARDUENGO GARCÍA, Darwin A. La Arqueología Social Latinoamericana. Presente y perspectivas del materialismo histórico y dialéctico como posición teórica. In: Compilación de textos de los principales exponentes de la Arqueología social en Latinoamérica. Una propuesta crítica y dialéctica que merece um examen profundo, CENCREM, 2007b.
- ARDUENGO GARCÍA, Darwin A. *El Patrimonio arqueológico. El pasado de cara a el futuro*. In: 1º Foro Virtual de Arqueología e Patrimonio. 2009. Acessado em 05/02/2013: < [www.cubaarqueologica.org](http://www.cubaarqueologica.org)>.
- BATE, Luis Felipe. Sociedad concreta y periodización tridimensional. *Boletín de Antropología Americana*. Instituto Pan-americano de Geografía e História. Cidade do México, p. 41-46, 1998.
- CURTONI, Rafael P. *La dimensión política de la arqueología: El patrimonio indígena y la construcción del pasado*, In: MARTÍNEZ et al (ed.) *Aproximaciones contemporáneas a la Arqueología pampeana. Perspectivas teóricas, metodológicas, analíticas y casos de estudio*. Olavarría, Facultad de Ciencias Sociales, p. 437-449. 2004.
- GNECCO, Cristóbal. *Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. Vol.4, Nº.1, p. 15-26, 2009.
- GNECCO, Cristóbal. Da Arqueologia do Passado à Arqueologia do Futuro: Anotações Sobre Multiculturalismo e Multivocalidade. Amazônica. *Revista de Antropologia da Universidade Federal do Pará*. Vol. 2, Nº 1, p. 92-103, 2010.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Arqueología y Memória histórica. Patrimonio Cultural de España*. Nº 1. Ministério da Cultura. 2009.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Contra la pospolítica: Arqueología de la guerra civil española. *Revista Chilena de Antropología*. Nº 22, p. 9-32, 2010.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Revista Complutum*, Vol. 23, Nº 2, p. 103-116, 2012.
- GUIMARÃES, R.S. Arqueologia em sítios submersos: Estudo de Sítio Depositário da Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- HODDER, Ian. Trazando el mapa del pasado posmoderno. *Trabamos de Prehistoria*. Traducción de Alicia Perea. CSIC: Madri. Vol.55, Nº 1, p. 5-17, 1998.

- LUMBRERAS, L. *La Arqueología como ciencia social*. Ediciones Histar, Lima. 1974.
- MONTENEGRO, M e RIVOLTA, M. C. Producción de conocimientos sobre el pasado local en tempos globalizados: experiencias interculturales en la región septentrional del Noroeste Argentino. *APEA. Asociación Profesional Extremeña de Antropología*. ETNICEX, Nº 3, 105-118, 2011.
- MONTENEGRO, Mónica. Arqueología en la escuela: experiencias en el sector septentrional del noroeste argentino. *Revista de Antropología Chilena. Chungará*. Vol.44, Nº.3, p. 487-498, 2012.
- NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY. *Underwater archaeology : the NAS guide to principles and practice*. Editor: Amanda Bowens. Second Edition. Blackwell Publishing, PortsMount. 2009.
- NOREÑA CORDONA, Sandra Y. e PALACIO SALDARRIAGA, Lorena. *Arqueología: ¿ Patrimonio de la comunidad?* . *Boletín de Antropología da Universidad de Antioquia*. Vol. 21, Nº 38, p. 292-311, 2007.
- RAMBELLI, G. *A Arqueologia subaquática e sua aplicação à Arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape*. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1998.
- RAMBELLI, G. *Arqueologia subaquática do baixo vale do Ribeira*. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SAUCEDO-SEGAMI, Daniel D. Trabajando para el público: algunas perspectivas de cómo adaptar la arqueología pública al contexto peruano. *Revista Electrónica de Arqueología*. Nº 13, p. 01-12, 2011.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. *Social theory and archaeology*. Oxford: Polity Press, 1987.
- SILVA, Bruno Sanches R. *Das ostras só as pérolas: Arqueologia Pública e Arqueologia Subaquática no Brasil*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

Recebido em:17/04/2017  
Aprovado em:15/05/2016  
Publicado em:29/06/2017